

Prefeitura Municipal de Cerqueira César

“A cidade que faz amigos”

DECRETO Nº 3497/2013

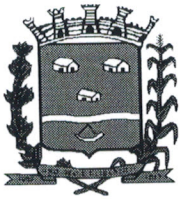
“Dispõe sobre regulamento de segurança na concessão de Alvará Municipal para funcionamento de estabelecimento industrial, comercial e outras atividades nas áreas de risco e dá providência.

JOSÉ ROSSETTO, Prefeito do Município de Cerqueira César, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a necessidade de criar regulamento de segurança na concessão de Alvará Municipal para funcionamento de estabelecimento industrial, comercial e outras atividades, nas áreas de risco, dentro do território do Município de Cerqueira César/SP.

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos meios de fiscalização para todas as áreas de riscos, em iminência ou não, com o objetivo de:

- 1) Proteger a vida dos ocupantes das edificações e áreas de risco, em caso de incêndio, desmoronamento e soterramento;
- 2) Dificultar a propagação do incêndio, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio;
- 3) Proporcionar meios de controle e extinção do incêndio;
- 4) Dar condições de acesso às operações do Corpo de Bombeiros;



Prefeitura Municipal de Cerqueira César

“A cidade que faz amigos”

- 5) Proporcionar continuidade dos serviços nas edificações e áreas de riscos;

DECRETA

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Este Regulamento dispõe sobre as medidas de segurança contra incêndio nas edificações e áreas de risco, atendendo ao previsto no artigo 144 § 5º da Constituição Federal, no artigo 142 da Constituição Estadual, ao disposto na Lei estadual nº 616, de 17 de dezembro de 1974, na Lei estadual nº 684 de 30 de setembro de 1975 e no Decreto estadual nº 55.660 de 20 de março de 2010.;

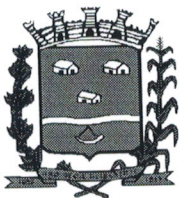
Artigo 2º - Os objetivos deste Regulamento são:

- I - proteger a vida dos ocupantes das edificações e áreas de risco, em caso de incêndio, desmoronamento e soterramento;
- II - dificultar a propagação do incêndio, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio;
- III - proporcionar meios de controle e extinção do incêndio;
- IV - dar condições de acesso às operações do Corpo de Bombeiros;
- V- proporcionar continuidade dos serviços nas edificações e áreas de riscos;

DAS DEFINIÇÕES

Artigo 3º - Para efeito deste Regulamento são adotadas as definições abaixo descritas:

- I – Altura da Edificação:



Prefeitura Municipal de Cerqueira César

“A cidade que faz amigos”

a) para fins de exigências das medidas de segurança contra incêndio, é a medida em metros do piso mais baixo ocupado ao piso do último pavimento;

b) para fins de saída de emergência, é a medida em metros entre o ponto que caracteriza a saída do nível de descarga ao piso do último pavimento podendo ser ascendente ou descendente;

II – Ampliação é o aumento da área construída da edificação;

III- Análise é o ato de verificação das exigências das medidas de segurança contra incêndio das edificações e áreas de risco, no processo de segurança contra incêndio;

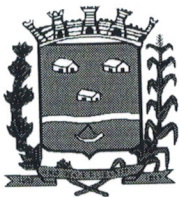
IV- Andar é o volume compreendido entre dois pavimentos consecutivos, ou entre o pavimento e o nível superior e sua cobertura;

V- Área da edificação é o somatório da área a construir e da área construída de uma edificação;

VI – Área de risco é o ambiente externo à edificação que contém armazenamento de produtos inflamáveis ou combustíveis, instalações elétricas ou de gás e similares;

VII – Ático é a parte do volume superior de uma edificação, destinada a abrigar máquinas, piso técnico de elevadores, caixa de água e circulação vertical;

VIII – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) é o documento emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP) certificando que, durante a vistoria a edificação possuía as condições de segurança contra incêndio, previstas pela legislação e constante no processo, estabelecendo um período de revalidação;



Prefeitura Municipal de Cerqueira César

“A cidade que faz amigos”

IX – Autorização para Adequação e o documento emitido pelo Corpo de Bombeiro da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP) certificando que, após o cumprimento de medidas compensatórias, a edificação possui as condições satisfatórias de segurança contra incêndio, para todos os fins, estabelecendo um período para a execução das medidas exigidas.

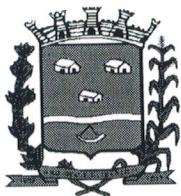
X – Carga de incêndio é a soma das energias caloríficas possíveis de serem liberadas pela combustão completa de todos os materiais combustíveis contidos em um espaço, inclusive o revestimento das paredes, divisórias, pisos e tetos.

XI- Comissão Especial de Avaliação (CEA): é um grupo de pessoas qualificadas no campo da segurança contra incêndio, com o objetivo de propor alterações ao presente regulamento, competência do CBPMESP.

XII – Comissão Técnica: é o grupo de estudo, composto por Oficiais do CBPMESP, devidamente nomeados, com o objetivo de analisar e emitir pareceres relativos aos casos que necessitem de soluções técnicas complexas ou apresentarem dúvidas quantos às exigências previstas neste Regulamento, esta comissão é de competência do CBPMESP.

XIII – Compartimentação: são medidas de proteção passiva, constituídas de elementos de construção resistente ao fogo, destinados a evitar ou minimizar a propagação do fogo, calor e gases, interna ou externamente ao edifício, no mesmo pavimento ou para pavimento elevados consecutivos;

XIV – Edificação (edifício): é a área construída destinada a abrigar atividade humana ou qualquer instalação, equipamento ou material;



Prefeitura Municipal de Cerqueira César

“A cidade que faz amigos”

XV- Edificação Existente: é a edificação ou área de risco construída ou regularizada anteriormente à publicação deste Regulamento, com documentação comprobatória, desde que mantidas a área e a ocupação da época e não haja disposição em contrário do Serviço de Segurança contra Incêndio, respeitando-se também aos objetivos do presente Regulamento.

XVI – Edificação Terra: é a construção de um pavimento, podendo possuir mezaninos cuja somatória de áreas deve ser menor ou igual terça parte da área do piso de pavimento;

XVII – Emergência: é a situação crítica e fortuita que representa perigo à vida, ao meio ambiente e ao patrimônio, decorrente de atividade humana ou fenômeno da natureza que obriga a uma rápida intervenção operacional.

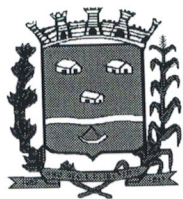
XVIII- Instrução Técnica do Corpo de Bombeiros(ITCB ou IT): é o documento técnico elaborado pelo CBPMESP que regulamenta as medidas de segurança contra incêndio nas edificações nas áreas de risco, essa instrução é de competência do CBPMESP.

XIX – Mezanino: é o pavimento que subdivide parcialmente um andar em dois andares. Será considerado como andar ou pavimento, o mezanino que possuir área maior que um terço da área do andar subdividido;

XX- Mudança de Ocupação: consiste na alteração de atividade ou uso que resulte na mudança de classificação(Grupo ou Divisão) da edificação ou da área de risco, constante da tabela de classificação das ocupações previstas neste Regulamento.

XXI – Ocupação: é a atividade ou uso de uma edificação;

XXII- Ocupação Mista: é a edificação que abriga mais de um tipo de ocupação;



Prefeitura Municipal de Cerqueira César

“A cidade que faz amigos”

XXIII- Ocupação Predominante: é a atividade ou uso principal exercido na edificação.

XXIV- Medidas de Segurança contra Incêndio: é o conjunto de dispositivos ou sistema a ser instalados nas edificações e área de risco, necessário para evitar o surgimento de um incêndio, limitar sua propagação, possibilitar sua extinção e ainda propiciar a proteção à vida, ao meio ambiente ou patrimônio.

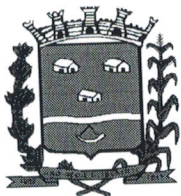
XXV – Nível de Descarga: é o nível no qual uma porta externa conduz a um local seguro no exterior;

XXVI – Pavimento: é o plano de piso;

XXVII- Pesquisa de Incêndio: consiste na apuração das causas, desenvolvimento e consequência dos incêndios atendidos pelo CBPMESP, mediante exame técnico das edificações, materiais e equipamentos, no local ou em laboratório especializado;

XXVIII- Prevenção de Incêndio: é o conjunto de medidas que visam: evitar o incêndio, permitir o abandono seguro dos ocupantes da edificação e área de risco, dificultar a propagação do incêndio, proporcionar meios de controle e extinção do incêndio e permitir o acesso para as operações do Corpo de Bombeiros;

XXIX –Processo de Segurança contra Incêndio: é a documentação que contem os elementos formais exigidos pelo CBPMESP na apresentação das medidas de segurança contra incêndio de uma edificação e áreas de risco que devem ser projetadas para avaliação dos Serviços de Segurança contra Incêndio, essa exigência é de competência do CBPMESP.



Prefeitura Municipal de Cerqueira César

“A cidade que faz amigos”

XXX – Reforma: são as alterações nas edificações e áreas de risco sem aumento de área construída;

XXXI - Responsável técnico é o profissional habilitado para elaboração e/ou execução de atividades relacionadas à segurança contra incêndio;

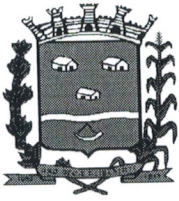
XXXII – Risco específico situação que proporciona uma probabilidade aumentada de perigo à edificação, tais como: caldeira, casa de máquinas, incineradores, centrais de gás combustível, transformadores, fontes de ignição e outros.

XXXIII – Piso é a superfície superior do elemento construtivo horizontal sobre a qual haja previsão de estocagem de materiais ou onde os usuários da edificação tenham acesso.

XXXIV – Segurança contra incêndio é o conjunto de ações e recursos internos e externos à edificação e áreas de risco que permite controlar a situação de incêndio;

XXXV – Serviço de Segurança contra incêndio (SvSCI), recai sobre as edificações existentes, ou área de risco construída ou regularizada anteriormente à publicação deste Regulamento, com documentação comprobatória, desde que mantida a área e a ocupação e não haja disposição em contrário do Serviço de Segurança contra incêndio, respeitando-se também aos objetivos do presente regulamento;

XXXVI – Subsolo é o pavimento situado abaixo do perfil do terreno. Não será considerado subsolo o pavimento que possuir ventilação natural para o exterior, com a área total superior a 0,006m² para cada metro cúbico de ar do compartimento, e tiver sua laje de cobertura acima de 1,20m. do perfil do terreno;



XXXVII- Vistoria é o ato de verificar o cumprimento das exigências das medidas de segurança contra incêndio nas edificações e áreas de risco, em inspeção local.

DA APLICAÇÃO

Artigo 4º - Compete ao corpo de bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), por meio do Serviço de Segurança contra incêndio, regulamentar, analisar e vistoriar as medidas de segurança contra incêndio nas edificações e áreas de risco, bem como realizar pesquisa de incêndio.

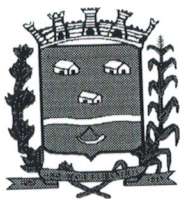
Artigo 5º - As exigências de segurança previstas neste Regulamento se aplicam às edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo, devendo ser observadas, em especial, por ocasião da:

- I – construção de uma edificação ou área de risco;
- II – reforma de uma edificação;
- III – mudança de ocupação ou uso;
- IV- ampliação da área construída;
- V – aumento na altura da edificação;
- VI- regularização das edificações ou áreas de risco

§ 1º - Estão excluídas das exigência deste Regulamento:

1. edificações de uso residencial exclusivamente unifamiliares;
2. residências exclusivamente unifamiliares localizadas no pavimento superior de ocupação mista com até dois pavimentos e que possuam acessos independentes.

§ 2º - Nas ocupações mistas, para determinação das medidas de segurança contra incêndio a serem implantadas, adota-se o conjunto das exigências de



Prefeitura Municipal de Cerqueira César

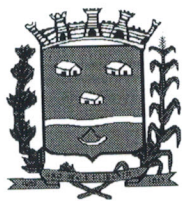
“A cidade que faz amigos”

maior rigor para o edifício como um todo, avaliando-se os respectivos usos, as áreas e as alturas, observando ainda:

1. no dimensionamento das medidas de segurança contra incêndio, deve ser considerada cada ocupação a ser protegida;
2. nas edificações térreas, quando houver parede de compartimentação entre as ocupações mistas, as exigências de chuveiros automáticos, de controle de fumaça e de compartimentação horizontal (de áreas) podem ser determinadas em função de cada ocupação;
3. nas edificações térreas com ocupações mistas que envolvam as ocupações de indústria, depósito ou escritório, as exigências de chuveiro automáticos, controle de fumaça e de compartimentação horizontal (de áreas) podem ser determinadas em função de cada ocupação, desde que haja, entre elas, barreira de fumaça conforme ITCB 15 – Controle de Fumaça;
4. nas edificações com mais de um pavimento, quando houver compartimentação entre as ocupações mistas, as exigências de controle de fumaça e de compartimentação horizontal (de áreas) podem ser determinadas em função de cada ocupação. As áreas destinadas exclusivamente para uso residencial estão isentas de chuveiros automáticos.

DO SERVIÇO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

Artigo 6º - O serviço de segurança contra incêndio (SvSCI) compreende o conjunto de Unidades do CBPMESP que tem por finalidade desenvolver as atividades relacionadas à prevenção e proteção contra incêndio nas edificações e áreas de risco, observando-se o cumprimento das exigências estabelecidas neste regulamento, competência do CBPMESP.



Artigo 7º - É função do Serviço de Segurança contra incêndio:

- I – realizar pesquisa de incêndio;
- II- regulamentar as medidas de segurança contra incêndio;
- III- credenciar seus oficiais de praças;
- IV- analisar o processo de segurança contra incêndio;
- V- realizar vistoria nas edificações e áreas de risco.
- VI- expedir o AVCB;
- VII- cassar o AVCB;
- VIII- emitir consultas técnicas;
- IX- emitir pareceres técnicos.

DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Artigo 8º - Ao Serviço de Segurança contra incêndio (SvSCI) cabe credenciar seus integrantes por meio de cursos ou estágios de capacitação e de treinamento, a fim de realizar as análises e as vistorias das edificações e das áreas de risco.

Artigo 9º - O processo de segurança contra incêndio, devidamente instruído, inicia-se com o protocolo junto ao SvSIC.

§ 1º O indeferimento do processo deve ser motivado, com base nas inobservância, pelo interessado, das disposições contidas neste Regulamento e nas respectivas ITCB.

§ 2º O processo será aprovado quando constatado, pelo SvSIC, o atendimento das exigências contidas neste Regulamento e nas respectivas ITCB.

§ 3º As medidas de segurança contra incêndio devem ser projetadas e executadas por profissional habilitados.



Prefeitura Municipal de Cerqueira César

“A cidade que faz amigos”

§ 4º O requerente será sempre notificado quanto ao resultado da análise ou da vistoria do processo.

Artigo 10º - O AVCB será expedido pelo Corpo de Bombeiros, desde que as edificações e as áreas de risco estejam com suas medidas de segurança contra incêndio executadas de acordo com a regulamentação do CBPMESP, competência deste.

§ 1º A vistoria nas edificações e áreas de risco pode ser realizada:

1. de ofício;
2. mediante solicitação do proprietário, do responsável pelo uso, do responsável técnico ou da autoridade competente.

§ 2º Na vistoria compete ao CBPMESP a verificação da execução das medidas de segurança contra incêndio previstas nas edificações e nas áreas de risco, não se responsabilizando pela instalação, manutenção ou utilização indevida.

§ 3º Após a emissão do AVCB, constatada irregularidade nas medidas de segurança contra incêndio previstas neste Regulamento, o CBPMESP iniciará procedimento administrativo regular para sua cassação.

§ 4º O AVCB terá prazo de validade pré-determinado de acordo com a regulamentação do CBPMESP.

Artigo 11 – Cabe ao CBPMESP a expedição Autorização para Adequação para edificações e áreas de risco que necessitem de ajustamento das medidas de segurança contra incêndio da legislação vigente e que cumprirem as exigências compensatórias previstas em Portaria expedida pelo Corpo de Bombeiros.



Prefeitura Municipal de Cerqueira César

“A cidade que faz amigos”

Artigo 12 - O proprietário, o responsável pelo uso ou o responsável técnico poderão solicitar informações sobre o andamento do processo ou do pedido de vistoria, ao Serviço de Segurança contra incêndio do CBPMESP, bem como interpor recursos das decisões proferidas nos processos do Corpo de Bombeiros.

Artigo 13º - Apresentação de norma técnica, ou literatura estrangeira pelo interessado, deverá ser acompanhada de tradução juramentada para a língua portuguesa, a fim de ser verificada sua compatibilidade com os objetivos deste Regulamento.

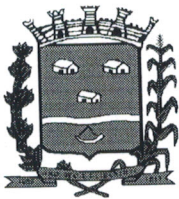
Artigo 14º - Serão objeto de análise por Comissão Técnica os casos que necessitem de soluções técnicas diversas daquelas previstas neste Regulamento, bem como as edificações e as áreas de risco, cuja ocupação (uso), não se encontre entre aquelas relacionadas nas tabela 1, (classificação das edificações e áreas de risco quanto a ocupação) deste Regulamento.

Artigo 15º - As edificações com área construída inferior a 100 m² ficam dispensadas de vistoria por parte do Corpo de Bombeiros, nos termos da IT 42 - Projeto Técnico Simplificado.

Artigo 16 – Os processos administrativos do SvSCI serão regulamentados, pelo CBPMESP por de instrução técnica (ITCB) e de portarias.

DAS RESPONSABILIDADES

Artigo 17 – Nas edificações e áreas de risco a serem construídas cabe aos respectivos autores e/ou responsáveis técnicos, o detalhamento técnico dos projetos e instalações das medidas de segurança contra incêndio, objeto deste Regulamento, e o responsável pelo obra, o fiel cumprimento do que foi projetado e das normas técnicas pertinentes.



Prefeitura Municipal de Cerqueira César

“A cidade que faz amigos”

Artigo 18 – Nas edificações e áreas de risco já construídas, é de inteira responsabilidade do proprietário ou do responsável pelo uso, a qualquer

Título:

- I- utilizar a edificação de acordo com o uso para o qual foi projetada;
- II- tomar as providencias cabíveis para a adequação da edificação e das áreas de risco às exigências deste Regulamento, quando necessário.
- III- tomar as providencias cabíveis para a adequação da edificação e das áreas de risco às exigências deste Regulamento, quando necessário.

Artigo 19 – O proprietário do imóvel ou responsável pelo uso obrigam-se a manter as medidas de segurança contra o incêndio em condições de utilizações de utilização, providenciando sua adequada manutenção, sob pena de cassação do AVCB , competência do CBPMESP, independente das responsabilidades civis e penais cabíveis.

DA ALTURA E ÁREA DE EDIFICAÇÕES

Artigo 20 - Para fins de aplicação deste Regulamento, na mensuração da altura da edificação, não serão considerados:

- I – os subsolos destinados exclusivamente a estacionamento de veículos, vestiários e instalações sanitárias, áreas técnicas sem aproveitamento para quaisquer atividades ou permanência humana.
- II – pavimento superiores destinados, exclusivamente, a áticos, casas de máquinas, barriletes, reservatórios de água e assemelhados;
- III – mezaninos cuja área não ultrapasse a 1/3 (um terço) da área do pavimento onde se situa;
- IV – o pavimento superior da unidade duplex do último piso de edificação de uso residencial.



Artigo 21 – Para implementação das medidas de segurança contra incêndio a altura a ser considerada é a definida na alínea a do inciso I do art. 3º, combinada com o art. 20 deste Regulamento.

Parágrafo único – Para dimensionamento das saídas de emergência, as alturas serão consideradas de forma independente, conforme alínea b do art. 3º, combinada com o artigo 20 deste Regulamento.

Artigo 22 – Para fins de aplicação deste Regulamento, no cálculo da área a ser protegida com as medidas de segurança contra incêndio, não serão computados:

I – telheiros, com laterais abertas, destinados à proteção de utensílios, caixas d’água, tanques e outras instalações, desde que não tenham área superior a 10 metros quadrados;

II – platibandas e beirais de telhado até 3 metros de projeção;

III – passagem cobertas, com largura máxima de 3 metros, com laterais abertas, destinadas apenas à circulação de pessoas ou mercadorias;

IV – as cobertura de bombas de combustível e de praças de pedágio, desde que não sejam utilizadas para outros fins e sejam abertas lateralmente;

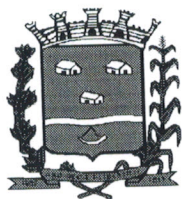
V - reservatórios de água;

VI – piscinas, banheiros, vestiários e assemelhados, no tocante a sistemas hidráulicos, alarme de incêndio e compartimentação;

VII – escadas enclausuradas, incluindo as antecâmaras;

VIII – dutos de ventilação das saídas de emergência.

CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO



Artigo 23 – Para efeito deste Regulamento, as edificações e áreas de risco são classificadas conforme segue:

I – quanto à ocupação;

II – quanto altura;

IV- quanto à carga de incêndio.

**DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA
INCENDIO**

Artigo 24 - Constituem medidas de segurança contra incêndio das edificações e áreas de risco:

I – acesso de viatura na edificação e áreas de risco;

II – separação entre edificações;

III- resistência ao fogo dos elementos de construção;

IV – compartimentação;

V- controle de materiais de acabamento;

VI- saídas de emergência;

VII- elevador de emergência;

VIII- controle de fumaça;

IX- gerenciamento de risco de incêndio;

X- brigada de incêndio;

XI- brigada profissional;

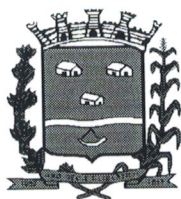
XII- iluminação de emergência;

XIII- detecção automática de incêndio;

XIV- alarme de incêndio;

XV- sinalização de emergência;

XVI- extintores;



XVII- hidrante e mangotinhos;

XVIII- chuveiros automáticos;

XIX- resfriamento;

XX- espuma;

XXI- sistema fixo de gases limpos e dióxido de carbono (CO₂);

XXII- sistema de proteção contra descarga atmosféricas (SPDA);

XXIII- controle de fontes de ignição (sistema elétrico; soldas; chamas; aquecedores etc).

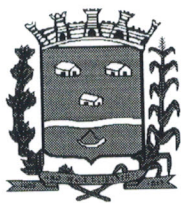
§ 1º Para a execução e implantação das medidas de segurança contra incêndio, devem ser atendidas as Instruções Técnicas elaboradas pelo CBPMESP.

§ 2º - As medidas de segurança contra incêndio das edificações e áreas de risco devem ser projetadas e executadas visando atender aos objetivos deste Regulamento.

DO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO.

Artigo 25 – Na implementação das medidas de segurança contra incêndio, as edificações e áreas de risco devem atender às exigências contidas neste capítulo e nas tabelas de exigências do CBPMESP.

Parágrafo único – Consideram-se obrigatórias as medidas de segurança assinaladas com X nas tabelas mencionadas, devendo ser observadas as ressalvas, em notas transcritas logo abaixo das referidas tabelas.



Artigo 26 – Cada medida de segurança contra incêndio, constante das tabelas 4, 5,6 (6ª a 6m) e 7, deve obedecer aos parâmetros estabelecidos na ITCB respectiva.

Artigo 27 - Os riscos específicos não abrangidos pelas exigências contidas nas tabelas deste Regulamento, devem atender às respectivas Instruções Técnicas do CBPMESP.

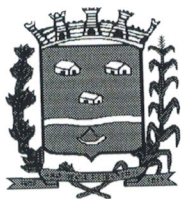
Artigo 28 – Os pavimentos ocupados das edificações devem possuir abertura para o exterior (por exemplo: portas, janelas, painéis de vidro etc.) ou ventilação mecânica, conforme regras estabelecidas na IT 15 – Contrôlo de Fumaça.

Artigo 29 – Os subsolos das edificações que possuírem ocupações distinta de estacionamento de veículos devem atender também ao contido na tabela 7 da ITCB.

Artigo30 – As edificações e áreas de risco devem ter suas instalações elétricas e sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) executados, de acordo com as prescrições das normas brasileiras oficiais e normas das concessionárias dos serviços locais.

Artigo 31 – As edificações e áreas de risco consideradas existentes na data da publicação deste Regulamento devem ser adaptadas conforme exigências específicas da tabela 4 deste Regulamento.

Artigo 32 – As áreas descobertas destinadas ao armazenamento de materiais sólidos combustíveis, independente do uso da edificação, são consideradas áreas de risco, devendo ser fracionadas em lotes e possuir afastamentos dos limites da propriedade, bem como corredores internos que proporcionem o



Prefeitura Municipal de Cerqueira César

“A cidade que faz amigos”

fracionamento do risco, de forma a dificultar a propagação do fogo e facilitar as operações de combate a incêndio, conforme exigências da tabela 6J.

DO TRATAMENTO ÀS MICROEMPRESAS, ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS.

Artigo 33 – As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais, nos termos da legislação pertinentes, terão tratamento simplificado para regularização das edificações, visando a celeridade no licenciamento.

Parágrafo único – Os procedimentos para regularização dessas empresas, junto ao CBPMESP estão prescritos na IT-42 – Projeto Técnico Simplificado, de competência deste.

Artigo 34 – AS microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais poderão ser licenciados mediante certificados eletrônicos, por meio de sitio do Governo na rede de alcance mundial.

§ 1º Para a obtenção do certificado eletrônico, o interessado deverá apresentar eletronicamente, informações e declarações que certifiquem o cumprimento das exigências de segurança contra incêndio no empreendimento objeto do licenciamento.

§2º Os certificados eletrônicos de licenciamento tem imediata eficácia para fins de abertura do empreendimento constante deste Capítulo.

Artigo 35 – Cabe ao Corpo de Bombeiro e a Administração Pública Municipal a qualquer tempo, proceder a verificação das informações e das



Prefeitura Municipal de Cerqueira César

“A cidade que faz amigos”

declarações prestadas, inclusive por meio de vistorias e de solicitação de documentos.

§ 1º A primeira vistoria nos empreendimentos com licenciamento eletrônico deve ter natureza orientadora, exceto quando houver situação de risco iminente à vida, ao meio ambiente ou ao patrimônio, ou ainda, no caso de fraude ou de embaraço à fiscalização.

§ 2º Nas demais vistorias, será verificado o cumprimento das medidas de segurança contra incêndio, nos termos deste Regulamento.

§ 3º Constatada a não observância do cumprimento deste Regulamento o CBPMESP iniciará procedimento administrativo para cassação do certificado eletrônico de licenciamento.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

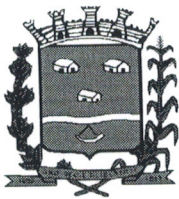
Artigo 36 – Compete a Comissão Especial de Avaliação (CEA) prevista no inciso XI, do art.3º do presente Regulamento, presidir pelo Comandante do CBPMESP, que poderá delegar esta função a outro Oficial Superior do CBPMESP.

§ 1º - A CEA será composta por oficiais com experiência nas atividades de segurança contra incêndio do CBPMESP, podendo a critério do presidente ser convidados representantes de entidades públicas ou privadas, com notório conhecimento em segurança contra incêndio.

§ 2º - Caberá ao presidente a nomeação dos integrantes que compõem a CEA.

Artigo 37 – Competirá a Comissão a que alude o artigo anterior;

- I- avaliar a execução das normas previstas neste Regulamento e os eventuais problemas ocorridos em sua aplicação;



Prefeitura Municipal de Cerqueira César

“A cidade que faz amigos”

II- apresentar propostas de alteração do Regulamento e das Instruções Técnicas – (ITCB).

Artigo 38 – As disposições deste Decreto aplica-se especialmente às empresas de riscos, tais como: empresas do ramo de combustíveis, material explosivo, inflamáveis, produtos químicos, revendedoras e distribuidores de gás GLP e similares, agencia bancária, academia de ginástica, borracharia, clube recreativo, desportivo, escolas, indústria em geral, igreja, hotel, motel e congênere, hospital e clínica, padaria, confeitarias, bares e restaurantes, supermercados, depósitos de materiais em geral, cinema, teatros, casas noturna, boates e congêneres e assemelhados com aglomeração de pessoas.

Artigo 39 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Cerqueira César, 01 de abril de 2013.



JOSÉ ROSSETTO

PREFEITO MUNICIPAL

Reg. Pub. na data supra



Luiz Antonio Convento
Secretaria Municipal